

**MESA-REDONDA: CONSTITUINTE E
SAÚDE**

Abertura: **Doutor Roberto Figueira Santos**
Ministro de Estado da Saúde

Presidente: **Deputado João Pimenta da**
Veiga

Membros: **Deputado Carlos Corrêa de Me-**
nezes Sant'Anna

Doutor Waldir Pires

Professor Cristóvam Buarque
Reitor da Fundação Universida-
de de Brasília (FUB)

Dom Luciano Mendes de Almei-
da
Secretário-Geral da Confedera-
ção Nacional dos Bispos do Bra-
sil (CNNB)

Doutor Guaracy da Silva Freitas
Representante da Ordem dos
Advogados do Brasil (OAB)

Doutor Wilson Fadul

O Dr. Roberto Figueira Santos – Vamos iniciar a reunião desta 8ª Conferência Nacional de Saúde, que abordará o tema "Constituinte e Saúde".

Todo este extraordinário esforço e todo o brilho da 8ª Conferência Nacional de Saúde em grande parte convergem para este tema. Bastaria esta circunstância para acentuar a importância do Encontro. Porém, cabe acrescentar que para evento de tal magnitude os participantes da Mesa estarão à altura da importância do tema: o ex-Ministro da Saúde, Deputado Carlos Sant'Anna; o ex-Ministro da Previdência, Waldir Pires; o Reitor da Universidade de Brasília, Professor Cristóvam Buarque; o Secretário-Geral da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida; e o Doutor Guaracy da Silva Freitas, representante do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, representam uma equipe que seguramente estará à altura das expectativas do auditório.

A sessão será presidida pelo Deputado Pimenta da Veiga, líder do PMDB na Câmara dos Deputados, a quem peço, desde já, que tome assento à Mesa.

Estão presentes, também, o Senador Nelson Carneiro e o ex-Ministro Wilson Fadul.

Passo a palavra ao Deputado Pimenta da Veiga.

O Deputado Pimenta da Veiga – Agradecendo a honra de presidir esta Sessão,

passaremos, desde logo, aos apresentadores indicados e que já estão nesta Mesa.

Passo a palavra ao primeiro orador, o ex-Ministro e Deputado Carlos Sant'Anna, pelo prazo de 20 minutos.

O Deputado Carlos Corrêa de Menezes Sant'Anna – Esta 8ª Conferência foi convocada para ser uma pré-Constituinte da Saúde. É aqui, na abrangência deste amplo foro de debates, que serão caldeadas as matérias que deverão ser conduzidas à Assembléia Nacional Constituinte, como resultante da vontade de todos os profissionais de saúde e de todos os segmentos da sociedade que, ao longo de 17 pré-Conferências e mais desta Conferência Nacional estão debatendo amplamente todas estas questões e estes temas.

É um alerta que deve ser dado para que, evidentemente, das conclusões que se extraiam daqui, se consiga, também, a força indispensável para que o assunto chegue à Constituinte como resultante da ampla participação de todos os senhores.

A Assembléia Nacional Constituinte deverá preparar uma nova Constituição. É indispensável, então, que possamos definir, durante os trabalhos de hoje e de amanhã, que matérias devem ser inseridas na Constituição e quais aquelas outras que serão matérias de legislação ordinária e de legislação especial.

Todos os senhores sabem que a Constituição é a Lei Maior, é a Lei Magna, é a Carta Magna. De modo que só se deve inserir na Constituição a norma maior, a norma axial, aquilo que representa o eixo, a doutrina mais importante; o detalhamento e o desdobramento desta norma deverão vir em legislação especial.

É de boa regra, e aconselho a todos que ao mesmo tempo em que possam definir a matéria constitucional propriamente, isto é, o que os senhores acham que se deve inserir no texto constitucional, também trabalhem na elaboração dos projetos de lei que deverão regulamentar e definir o desdobramento desse próprio texto constitucional.

Assim pensando é que quero mostrar aos senhores que de tudo o que temos conversado, de tudo o que os senhores têm debatido, o que fica como assunto fundamental para ser inserido no texto constitucional como matéria da Constituição, independentemente da legislação ordinária que deverá regulamentar e desdobrar diversos itens.

É indispensável que os senhores compreendam que na matéria que vou propor a ser inserida na Constituição haja um novo conceito de saúde, a saúde considerada como um bem social. Este conceito deve estar inserido na matéria constitucional, mas dentro de uma técnica legislativa adequada, e, ao mesmo tempo, com o que diz respeito, na essência basilar, ao financiamento e à reformulação do setor saúde.

Proponho que a matéria a ser inserida na Constituição e com a redação que lhes lerei, seja a seguinte. Antes, um comentário. A atual Constituição brasileira é extremamente pobre no que diz respeito à saúde. Apenas uma referência à assistência médica, ao trabalhador e à competência da União em planejar no setor de saúde. Planejar e dispor orçamentariamente sobre o setor.

Para a futura Constituição, coloco em discussão a seguinte matéria que, no meu entender, deve estar inserida no futuro texto constitucional, após amplo debate, discussão, aperfeiçoamento etc. Proponho:

"Art. 1º – A saúde é um direito fundamental e inalienável de todos e dever do Estado.

Parágrafo Único – Em relação à saúde, todos são iguais, sem distinção de sexo, idade, raça, trabalho, credo religioso, convicções políticas ou de região do País que habite.

Art. 2º – Compete prioritariamente à União, em relação ao direito de todos à saúde:

- a) criar condições econômicas, sociais, políticas e culturais que garantam a proteção da infância, da juventude e da velhice;
- b) promover a melhoria sistemática das condições de vida e de trabalho, assim como a promoção da cultura física e desportiva, escolar e popular, e de amplo desenvolvimento da educação sanitária do povo;
- c) garantir o acesso universal, geral e gratuito de todos os brasileiros, independentemente de sua condição econômica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- d) garantir uma racional e eficiente cobertura médica e hospitalar em todo o País;
- e) orientar sua ação para a socialização da medicina;
- f) disciplinar e controlar as formas empresariais e privadas da medicina, que deverão se organizar como concessionárias de serviço público essencial."

Pela importância, vou repetir este item:

"Disciplinar e controlar as formas empresariais e privadas da medicina, que deverão se organizar como concessionárias de serviço público essencial."

- g) "disciplinar e controlar a produção, a comercialização e o uso de alimentos, produtos químicos, agrotóxicos, produtos biológicos e imunobiológicos e farmacêuticos;
- h) definir a Política Nacional de Saúde;.
- i) garantir correta e adequada política

de saúde ocupacional e de proteção ambiental.

Art. 3º – Lei especial disporá sobre a proteção e assistência à criança, à mulher, aos adolescentes e aos excepcionais.

Parágrafo Único – A mulher será garantido o direito ao exercício de suas funções de cidadã e trabalhadora, em condições que lhe permitam preencher seu papel de mãe e sua missão social.

Art. 4º – Lei especial disporá sobre a garantia, por parte da União, ao direito à proteção à saúde, estruturando todos os órgãos públicos prestadores de serviços de saúde em sistema único, sob comando ministerial único, e mediante os seguintes postulados:

- a) as ações de saúde deverão se desenvolver sob os princípios da universalização e equidade, de forma racionalizada, hierarquizada, regionalizada, descentralizada, referenciada e contra-referenciada”. (É o óbvio, mas tem que ser escrito no texto constitucional, para que não fique nos humores dos que operam os sistemas de saúde).
- b) "a descentralização do sistema terá nas unidades **federativas** os Estados, as unidades coordenadoras das ações de planejamento, execução e avaliação da política de saúde, cabendo aos municípios papel predominantemente **operacionalizador**.
- c) mecanismos de participação da sociedade organizada serão estabelecidos na formulação, controle da execução e da avaliação das políticas de saúde em todos os níveis do sistema;
- d) estratégias gradualistas poderão ser implantadas, visando, prioritariamente, as populações carentes e os grupos de risco, sendo a meta a universalização e a equidade absoluta entre todos os segmentos sociais e as diversas regiões do País.

Art. 5º – Anualmente, a União aplicará nunca menos de 12% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento das ações do Sistema Único de Saúde."

São os temas que, em síntese, proponho sejam matérias a ser inseridas no texto constitucional.

O Deputado Pimenta da Veiga –

Registramos a presença no plenário do líder do Partido Comunista do Brasil, Deputado Haroldo Lima. Convidamos, também, para fazer parte da Mesa, o Dr. Carlyle Guerra de Macedo, Diretor-Geral da Organização Pan-Americana de Saúde. Convidamos, ainda, para fazer parte da Mesa, o Dr. Antônio Sérgio da Silva Arouca, Presidente da Comissão Organizadora da 8ª Conferência Nacional de Saúde.

O Dr. Waldir Pires – Minhas patricias, meus patricios; Excelentíssimo Senhor Ministro e meu dileto amigo, Professor Roberto Santos; ilustre Presidente desta reunião, meu querido companheiro Deputado Pimenta da Veiga; Reverendíssimo Dom Luciano Mendes de Almeida; meu querido conterrâneo e companheiro Ministro Carlos Sant'Anna; meu velho companheiro do governo do Presidente João Goulart, ex-Ministro Wilson Fadul; Magnífico Reitor Cristóvam Buarque de Macedo, da Universidade de Brasília; Dr. Guaracy da Silva Freitas; representante do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil; meu dileto amigo e grande líder desta Conferência Professor Antônio Sérgio Arouca; meu caro amigo doutor Carlyle Guerra de Macedo, Diretor-Geral da Organização Pan-Americana de Saúde.

Tenho a impressão de que estamos vivendo neste País um dos instantes mais extraordinários da nossa história, da trajetória da nossa vida. Tudo quanto fazemos hoje no Brasil tem essa força, tem o vigor, tem o entusiasmo e, sobretudo, uma grande lealdade com a nação, que significa um propósito, um desejo de reformulação profunda de toda a vida do País, das nossas institui-

ções, das nossas estruturas, da nossa sociedade.

Aproximamo-nos da Assembléia Nacional Constituinte, mas, a rigor, este País vem vivendo um período de elaboração constituinte, de emoção constituinte, de construção constituinte já faz algum tempo. É uma revolução a que assistimos. Uma extraordinária revolução institucional, política, social, que estamos vivendo faz algum tempo. Se quisermos ser um pouco mais estritos, poderíamos dizer que estamos vivendo isto neste nosso País extraordinário depois do desastre, do caos, da desordem que nos legou o autoritarismo de 20 anos. Estamos vivendo este clima desde o instante em que a nação produziu para o mundo os espetáculos extraordinários da sua força e da sua pujança nas praças públicas, na campanha das diretas.

Dali para cá é uma caminhada só, paciente, lúcida, perseverante. Uma nação madura, uma nação que sabe o que quer, que está se pronunciando e dizendo os seus objetivos permanentes de forma constante e própria, naqueles episódios, para os céticos, os que não acreditavam na Pátria, os que tinham perdido o ideal por dentro, tinham amolecido nas vantagens, na utilização dos dinheiros públicos, no clientelismo, na degradação da máquina do Estado, na perversidade da estrutura social. Quem diria que a nação, naqueles dias de 1984, pudesse, como pôde, apresentar ao mundo o espetáculo absolutamente singular do povo de pé nas ruas, nas praças públicas; os cidadãos e as cidadãs lutando não por objetivos imediatos mas por questões econômicas ou profissionais, por conquistas cívicas como as eleições diretas?

De lá para cá foi uma caminhada constante. Negaram-nos. Respondemos. O povo respondeu com a grande legitimidade da eleição que para a nação não foi Colégio Eleitoral, para a nação, foi a nação, ela, de pé, elegendo nosso querido e saudoso Presidente Tancredo Neves.

Depois, a posse de Tancredo, que não se deu. Depois, o sacrifício, o martírio. O Governo do Presidente Sarney, a lealdade do Presidente Sarney às diretrizes essenciais que nortearam esta caminhada. A busca constante da sua equipe para que derrotássemos a recessão. A identificação, a nação toda desejosa disso, de que precisaríamos fazer este País retomar seu crescimento, um País como o nosso, que tinha uma tradição de crescer nos últimos 30 anos, entre os países do Terceiro Mundo, de longe era o que mais crescia e o que mais cresceu permanentemente a uma taxa enorme, a uma taxa de causar inveja inclusive às nações desenvolvidas e ricas, a uma taxa de 7%, mas, ao mesmo tempo, permitindo o aprofundamento das injustiças e das desigualdades sociais. Um País como o nosso que, na realidade, dentre os países do Terceiro Mundo, ocupa uma posição singular no mercado; que representa, se excluirmos a China, 1/5 do mercado do Terceiro Mundo, tendo apenas 5% da sua população total, este País não podia conviver com a recessão, com a taxa do crescimento demográfico que ele tem, com a responsabilidade que precisa e deve ter com a sua população, com os seus filhos. A lealdade do Presidente Sarney de vencer a batalha da recessão e de realizar em um ano essa coisa extraordinária que é elevar o crescimento do Produto Nacional para 8%, fazendo acrescentar ao nosso Produto, num ano, 20 bilhões de dólares, depois de sair da recessão. Este é um dos fatos econômicos mais extraordinários da história contemporânea.

Na continuidade dessa caminhada, ultrapassada a recessão, vitorioso o crescimento econômico, vencida a batalha do déficit público e encerrada à irresponsabilidade administrativa, tivemos nós todos a oportunidade de travar juntos essa batalha na Previdência Social, e foi-nos possível, a nós todos, com a colaboração da imprensa, de todos os servidores da Previdência, da população brasileira, da comunidade nacional, encerrar essa mentira do déficit perma-

nente da Previdência Social, que permitiu que em seguida, ou ajudou que em seguida viéssemos a chegar à contenção do déficit público geral, para, ainda, nessa caminhada, permitir ao Governo do Presidente Sarney o conjunto de medidas de estabilização da economia, que significa o zerar da inflação, fato de uma importância metodológica extraordinária, porque, na realidade, suprime essa corrida perversa que existia e que, esperamos, pela força do povo, não exista mais, essa corrida perversa entre os preços e os salários e esse desequilíbrio, essa desarmonia, esse antagonismo entre o tratamento que se dava aos ganhos de capital repostos, reajustados todas as noites, todos os dias, nos mecanismos do **overnight** e **open**, enquanto os ganhos do trabalho, da força do trabalho ficavam na semestralidade ou, então, na melhor das hipóteses, nos setores mais dinâmicos da economia brasileira, na trimestralidade. Este País, com essa força estranha que, desde 1984, a partir da campanha das diretas, dá ao mundo a demonstração inequívoca de uma nação madura, que sabe o que quer, que busca seu caminho, que busca um lugar na história justa da humanidade.

Sinto-me honrado de encontrar-me nesta 8ª Conferência Nacional de Saúde para saudar todos os médicos e todos os profissionais ligados à saúde, e dizer-lhes que a Constituinte é isto. A Constituinte é o povo, através dos seus cidadãos, se preparando para elaborar a grande Carta – digna ou não, vai depender muito de nós, da nossa capacidade de construir a representatividade desta Assembléia Nacional Constituinte – que possa representar os anseios da Nação.

A idéia da Constituição elaborada, da Constituição escrita, é uma coisa recente na história do constitucionalismo do mundo. A rigor, de forma metódica, devidamente construída, articulada, é um fenômeno do século XVIII.. Então, se pensava e se dizia que a Constituição devia estar adequada às esperanças e à razão nacional.

Estamos vivendo um instante assim, um instante em que buscamos um reencontro com as nossas esperanças. Buscamos a construção da nossa utopia, a necessidade de mantermos a nossa utopia, de que os sonhos não desapareçam, mas que os sonhos sejam a nossa alavanca, a nossa capacidade de empurrar-nos para adiante.

A saúde está intimamente ligada à existência ou não das instituições democráticas. A nação que não reconhece o direito da cidadã e do cidadão a ter a sua saúde cuidada, dificilmente pode chamar-se uma nação democrática. Seguramente não será uma nação democrática, porque o conceito de democracia não pressupõe simplesmente só o exercício das liberdades individuais, das garantias do cidadão, os direitos humanos fundamentais, e entre esses direitos do cidadão e os deveres do Estado se encontra em lugar da maior relevância a saúde.

Por isso é que o esforço na Constituinte de reformular profundamente o sistema de saúde do nosso País é algo decisivo para que tenhamos as instituições democráticas asseguradas no Brasil. Faz parte de um conceito de equidade social. Se a democracia política, se o governo representativo, se as instituições que a um só tempo integram a nação e que absorvem a idéia da participação dos cidadãos no exercício do poder não preservam, se não asseguram os direitos essenciais da vida e da sobrevivência, evidentemente teremos um regime cuja estabilidade e cuja duração nos inspiram enormes cuidados.

De modo que, nesta Constituinte, a mobilização para que as regras asseguradoras do direito à saúde – algumas das quais tão lucidamente aqui discriminadas e enunciadas pelo Ministro Carlos Sant'Anna – deve inspirar-nos a todos a perseguir a idéia da universalização da saúde, buscar esse caminho da descentralização, num País como o nosso, que tem uma tradição tão restrita e tão acanhada de respeito ao governo local, de apreço pelo município.

Não há democracia onde ela não se pratica lá na comunidade básica, lá onde o povo se encontra, onde o povo vive. A descentralização está intimamente vinculada à idéia de municipalização, numa integração a mais ampla e a mais profunda entre os objetivos federais, estaduais e municipais de modo a que possam unificar um sistema de saúde que proteja e ampare todos os cidadãos e que, ao mesmo tempo, torne digna a instituição política que nos agasalha.

Esta 8ª Conferência Nacional de Saúde apresentará, seguramente, através das contribuições que começam aqui, hoje, no setor da Constituinte, o rol dos direitos e dos deveres que devem marcar a Constituição de 1987 no Brasil. As outras todas foram extremamente omissas em relação à saúde, menos, talvez, a de 1934, que foi uma Constituição um pouco fincada da presença das preocupações sociais, inspirada naquela experiência da República de Weimar, que o nazismo derrubou. Mas, fora daí, inclusive a última, de 1946, são extremamente pobres no que diz respeito aos direitos individuais da saúde.

Eu me congratulo com o Professor Antônio Sérgio Arouca, congratulo-me com o Ministro Roberto Santos, congratulo-me com todas as médicas e todos os médicos, todos os profissionais de saúde por esta 8ª Conferência Nacional de Saúde, e estou certo de que na caminhada do nosso País, entre os direitos humanos básicos que o Brasil acatou quando assinou a Declaração Universal dos Direitos do Homem, nas Nações Unidas, mas que não tem acatado na sua história social, de que esta 8ª Conferência Nacional de Saúde será um marco extraordinário à véspera da Constituinte, consolidando este processo bonito e forte do nosso País, do nosso povo, para a construção do amanhã, que há de ser, no nosso País, o amanhã da nossa utopia.

O Professor Cristóvam Buarque – Antes de vir para cá eu conversava com uma pessoa que participou na manhã de ontem

desta Conferência, e eu lhe perguntei que tipo de público estava participando do Encontro, que tipo de público estava nesta Conferência. Eu temia que a maioria fosse médica e fiquei tranqüilo quando soube que aqui havia, sobretudo, líderes sindicais, líderes comunitários, representantes populares. Eu tenho medo de médico, mas fiquei contente, sobretudo, porque percebi que houve um entendimento de que saúde não é coisa de médico, saúde não é coisa de medicina. Saúde é coisa de organização social, organização social que traga a comida à boca do povo, que leve casa para as pessoas morarem, inclusive os médicos.

Isto me fez lembrar dois encontros que eu tive recentemente e que demonstram isso. Eu estava no aeroporto do Galeão, saindo, por coincidência, de um encontro do Conselho Diretor da Fundação Oswaldo Cruz, e encontrei no aeroporto, me pedindo dinheiro, um rapaz que me disse que era médico e que estava desempregado. Tinha-se formado em Brasília e precisava de dinheiro para ir à rodoviária. Eu disse para ele que duas semanas antes eu tinha conversado com um pequeno menino aqui, em Brasília, enquanto ele engraxava meus sapatos, e ele me perguntou onde eu trabalhava. E eu disse que trabalhava na UnB. Ele me perguntou o que era isso. Eu disse que era uma Universidade. Ele me perguntou para que servia. Eu disse: "Para fazer doutores". Ele disse: "O que é isso?" Eu disse: "São médicos". E ele perguntou para que serviam, porque nunca tinha ido a um médico.

Esses dois encontros mostram que este é um País de médicos sem clientes e de clientes sem médicos, como é um País de pessoas sem terra e terra sem pessoas para trabalhar a terra.

Este é um País que é o segundo maior exportador de comida do mundo e o primeiro de pessoas que morrem por causa da fome. Este é um País de desencontros, é um País que exporta sapatos e a grande maioria da população nunca calçou um. É

um País de 8,5 milhões de quilômetros quadrados de território muito rico, por onde caminham 100 milhões de descalços e pobres. Este é um País de desencontros, e é isso que acaba com a saúde. O que se precisa para a saúde é apenas um encontro, um encontro dos médicos com os sem-médicos, dos donos da terra com os que não têm terra e querem trabalhá-la, pois precisam produzir para viver.

Em resumo, este é um País com uma organização social perversa que impede a saúde, e o que precisamos – e que é o tema central desta 8ª Conferência Nacional de Saúde – é descobrir como organizar esta sociedade, para que as pessoas se encontrem e acabem com a fome e acabem com as doenças endêmicas, para que se dê às pessoas educação e habitação.

Este é o problema. O problema é organização social. Como vamos fazer essa organização social? O que falta para isso? Quais são os problemas que nos traz a necessidade de organizar a sociedade, e como fazê-lo?

O que falta é um casamento da sociedade brasileira, se reencontrando e acabando com os seus divórcios internos que trazem todas as dificuldades e os problemas. Há países, como o Haiti, que são pobres por natureza. Há países, como o Brasil, que são pobres pela desorganização social. E de que precisamos? A certidão de casamento da sociedade brasileira chama-se Constituinte. O que precisamos é de uma certidão de casamento social.

Já tivemos muitos casamentos neste País. Nós tivemos em 1824, em 1891, em 1934, em 1937, em 1967, em 1969. Já tivemos muitos casamentos. O que é que vai fazer diferente o próximo, para que possamos acreditar que se acabaram os médicos desempregados e os meninos que nunca viram médico?

Para saber o que precisamos nessa nova Constituição é preciso ver o que as outras tinham. A de 1824 tinha uma vocação independentista. Ela queria liberar a nova nação que surgia do jugo da nação metropolitana,

que era Portugal. E ela foi independentista. A de 1891 tinha vocação republicana – queria acabar com a substituição dos chefes de Estado a partir apenas da herança monárquica, e ela fez isso. Em 1930 ela se rompe, porque era uma Constituição que obrigava o País a ficar velho, oligárquico. E surge a nova Constituição de 1934, depois da ditadura de Vargas, ou durante, procurando modernizar o País sob um regime autoritário. Obviamente não satisfaz, porque nem se consegue modernizar nem se dá liberdade. E surge em 1945 um grande movimento nacional parecido com este do ano passado, e temos uma nova Constituição em 1946, cuja vocação central era a liberdade, e que sobrevive durante quase vinte anos, mas que se rompe outra vez, por conta de um divórcio profundo entre a vocação modernizadora que a sociedade tem e a vocação libertária que ela deseja, porque não era possível manter a modernidade através de uma economia imitativa, importada, falsa e irreal (tanto que a chamaram de milagre) e a liberdade. E houve que optar. As forças políticas nos levaram a optar pela modernidade econômica contra a liberdade, e surge uma Constituição autoritária, que nos leva a uma modernização forçada, mas que nos faz entrar no século XXI como a oitava economia industrial do mundo e como vigésimo quinto país do mundo em termos sociais. O que falta é juntar liberdade e modernidade econômica, através de uma simples coisa: a modernização social.

O que precisamos é que este País não seja apenas a oitava potência industrial do mundo. Pode até ser a décima, décima-quinta, vigésima, mas que seja das primeiras em termos de estrutura social, das primeiras na eliminação da fome, das endemias, do analfabetismo. É disso que precisamos. Precisamos de uma organização social através da Constituição que nos permita seguir nas próximas décadas com a bandeira da liberdade, caminhando para a modernização econômica e usando os produtos dessa

modernização econômica para modernizar o País socialmente, para que não nos envergonhemos dele, por crianças que não têm médicos e médicos que não têm emprego para atender as crianças. Este é o desafio que se põe para a geração que tem a sorte de estar viva e atuante em 1986.

Sempre tive uma profunda inveja daqueles que estavam adultos, vivos e atuando em 1945. Não tenho mais inveja deles. Hoje, tenho a satisfação de dizer que estou vivo e participando do processo de constitucionalização do meu País, e sei que isto é uma tarefa bastante difícil para todos nós, e não apenas para os 600 próximos constituintes.

Como vai aparecer a modernização social na Constituição?

Discutia, há alguns dias, com o Professor Antônio Houaiss sobre cultura e Constituinte, e ele dizia que, por ele, o primeiro artigo da Constituição seria: "Este é um documento que trata da cultura, porque a cultura é a vida da nação". E eu disse para ele que eu era muito mais radical, que eu achava que cultura não devia nem ao menos aparecer na Constituição, porque ela deveria estar tão presente que não precisaria escrever seu nome. Cultura devia ser como respiração. Não vai haver nenhum artigo na Constituição dizendo: "Todo brasileiro é obrigado a respirar tantas vezes por minuto". Não precisa escrever isto. Também não deveria precisar escrever cultura nem saúde. Saúde deveria aparecer implicitamente no artigo que falasse da propriedade da terra, no artigo que falasse da educação do povo, no artigo que falasse da política trabalhista, nos artigos que permitissem a liberdade de expressão para que o povo lute por saúde. Saúde deveria ser algo tão implícito a ponto de nem precisar ser escrito.

Mas isto é uma Constituição das utopias. Se devemos ter presente a utopia no momento de fazer uma Constituição, não devemos esquecer de que teremos pés sobre uma terra pantanosa de uma sociedade em

crise, cujo rumo não está claro para ninguém, muito menos para o conjunto de nós, 130 milhões de brasileiros.

Por isso, no mesmo momento em que comparto com o Ministro Carlos Sant'Anna a idéia de que a Constituição deve prever, de alguma forma, a socialização; da mesma maneira que tenho a convicção de que a saúde vai estar implícita sobretudo em dois capítulos que não falarão de saúde, que são os capítulos da Ordem Econômica e o capítulo da Ordem Social, tenho também claro que, até, lamentavelmente, pela conjuntura que faz a angústia do constituinte, olhando para o longo prazo, por causa dessa conjuntura movediça também será preciso pensar em saúde, também será até mesmo preciso colocar quanto por cento do orçamento deve ser destinado a este setor.

O ideal é que não precisasse, o ideal é que os governos funcionassem de tal maneira que a cada quatro anos pudessem mudar as suas prioridades.

Se nós um dia tivermos uma guerra, não será preciso reformar a Constituição para tirar dinheiro da saúde para colocar nas Forças-Armadas que defenderão o País, ou usar de um truque que contrata soldados como se fossem médicos, para poder respeitar a Constituição que prevê 13% do orçamento para a saúde. O ideal é que não se precisasse disso, mas vamos precisar. Vamos precisar de uma Constituição grande, lamentavelmente. Não será uma Constituição curta. Se olharem este livrinho, ele diz que países como Inglaterra, Estados Unidos e diversos outros não têm, em nenhum momento, a palavra saúde. Não precisou para eles, porque eles tinham claro rumo de sociedade. Já Cuba, que fez a sua Constituição no momento de construção do socialismo, precisou colocar oito ou nove artigos sobre saúde, Portugal, treze ou quatorze, porque são países cujos momentos de elaboração da Constituinte foram momentos críticos, momentos de falta de uma clareza muito grande sobre os destinos na-

cionais. Mas a saúde é prioritária e tem que estar escrito lá.

Isto mostra para mim que o maior problema e o maior desafio daqueles que pensam em saúde não é pensar a temperatura das pessoas, mas é pensar a nova Constituição do País. Portanto, parece-me que a principal obrigação de todos nós que estamos preocupados com este problema, sobretudo todos nós que estamos nesta Conferência, é alertar à população para a enorme responsabilidade que ela tem com a sua saúde, com a saúde de seus filhos, de seus netos e bisnetos. É preciso evitar que um artigo qualquer entre nesta Constituição e encaminhe a estrutura de saúde, a estrutura econômica e a estrutura social para o rumo perverso, e não para um rumo positivo. De repente, um pequeno artigo que fale sobre o capital estrangeiro será muito mais complicado, terá muito maior repercussão na saúde do que todos os artigos sobre as escolas de saúde. De repente, um pequeno artigo que fale da estrutura industrial de medicamentos será mais importante do que até mesmo colocar 13% para a saúde, embora seja importante também colocar os 13%.

A tarefa de educar o povo para que vote é árdua, mas, ao mesmo tempo, grata e fundamental. Quando digo educar, não digo educar no sentido de menosprezar os eleitores tais e tais, mas no sentido de que para todos nós vai ser muito difícil enfrentar os meios poderosos da economia que comprarão votos, porque o povo vai estar mais preocupado com a sua doença deste instante do que a doença de todo o povo no futuro.

Então, conscientizar o homem que vai votar, as mulheres que vão votar, de que a saúde de hoje, a dor-de-cabeça de hoje, a necessidade de um atendimento médico hoje é importante, mas muito menos do que o atendimento para milhões no futuro, é que constituirá o grande desafio para nós.

Se tenho que propor alguma coisa a vocês, se tenho que propor alguma coisa a

esta Conferência, é que preparem uma pequena cartilha onde vai estar presente a saúde nos discursos dos candidatos à Constituição. Se vocês e nós todos conseguirmos descobrir se por debaixo de um discurso está a palavra **"saúde"** ou a **expressão** "a doença do povo"; se vocês conseguirem fazer uma cartilha e divulgar essa cartilha de alguma maneira, para que saibamos quais candidatos defendem a saúde e quais defendem a saúde dos bolsos dos banqueiros, por exemplo, vocês prestarão um grande serviço.

Não tenho nenhuma mensagem para vocês sobre o que fazer a respeito da saúde dos indivíduos. Isto é problema de médico. No entanto, não tenho dúvidas de que para a saúde do povo o meu conselho é: tirem o avental de médicos e vistam a camisa da Constituinte.

Dom Luciano Mendes de Almeida – Desejaria saudar a todos aqui presentes, especialmente àqueles que já nos dirigiram a palavra e vão-nos levando adiante nesta reflexão da noite.

Parece-me que o que em primeiro lugar deveríamos constatar mais uma vez é esta participação de quantos aqui se encontram, vindos, muitos, de longe, e com um sacrifício notável de tempo e de forças – quando aqui entrávamos, percebíamos o cansaço por estes dias de trabalho, mas, ao mesmo tempo, a alegria com o resultado que vai sendo obtido. Esta marca de participação popular revela a face nova destes dias que estamos vivendo no Brasil, que não são dias de otimismo por metas conquistadas, mas são dias de esperança por um processo novo que vai amadurecendo o povo através da sua própria participação.

Quisera, então, lhes dizer que em todo esse problema imenso que o nosso povo vai enfrentando, que é o problema não só da sua saúde, mas da sua condição total de vida, da sua formação integral, percebemos que há realmente uma grande esperança: que possamos, aceleradamente, recuperar um atraso, que para muitos não teve culpa

peçoal, mas que para todos, no conjunto, realmente, nos obriga a nos darmos às mãos para descobrirmos mais rapidamente por onde é que o nosso povo deve caminhar, por onde é que ele deve fazer essa experiência da recuperação do tempo perdido, para a obtenção dessas metas indispensáveis para o exercício da própria dignidade de pessoa humana.

A contribuição que me parece a Igreja pode trazer, associada a tantas outras contribuições, – nisso nada há de especial, mas há sim uma convicção muito profunda –, é a de renovar na consciência da população a dignidade da pessoa humana, a consciência dessa própria dignidade.

Estou vindo, como sabem, de uma reunião em Roma com o Santo Padre, que nos ocupou toda esta semana passada. Via na preocupação de um homem que tem o olhar aberto sobre o mundo inteiro uma espécie de mistério. Como é possível que uma terra tão rica, tão ampla, tão cheia de recursos possa ter problemas tão cruéis e possa ter uma situação tão sofrida para um povo que é tão bom? Foi como se dissesse: o que vocês estão fazendo naquele país que não conseguem que esse povo chegue a um nível de vida mais digna, mais humana, em que todos tenham casa, trabalho, comida, condições de educação e, evidentemente, tudo aquilo que é necessário para a sua saúde?

Esta pergunta feita por um homem que ama realmente toda a humanidade nos deixava pensativo. Realmente pertencemos a uma geração de omissos, porque não conseguimos contribuir eficazmente para um amadurecimento de toda essa alegria da dignidade de um povo que consegue não só chegar a níveis mais altos do exercício de tudo aquilo que é indispensável à vida humana, mas até mesmo, obtendo esses níveis, oferecê-los a outros, que desta vez para à frente vão precisar do Brasil na América Latina, na África, na Ásia. O Brasil tem realmente uma responsabilidade hu-

manitária para com muitas outras áreas-bolsões de pobreza na humanidade.

Então, eu via esta noite, entre meditação e cansaço, entre esperança e realmente constatação de metas já adquiridas nestes dias, algo mais do que só tanta gente, aqui, contribuindo com a sua presença. Eu via também a possibilidade de nós, amanhã, trazermos solução não só para o nosso povo, mas para toda essa humanidade que necessita da contribuição do Brasil.

Então, é dentro desta perspectiva, também, que devemos nos situar nesta noite e perceber que não é só a nossa Constituição que está em questão, mas também a tomada de consciência do Brasil com uma mensagem nova para essa humanidade, que não é mais de violência, de opressão, mas sim de reconhecimento da dignidade de todas as pessoas humanas.

Sem querer conceituar saúde como benefício individual, também não quisera conceituar saúde do nosso povo como benefício nacional e basta. Creio que temos que realmente nos preparar, a geração dos que aqui estão, sobretudo os mais jovens, para trazer uma contribuição efetiva para uma nova era de toda a humanidade. E é nesta perspectiva que temos que perceber que quando tratamos, por exemplo, de custo de remédio ou de falta de médicos, ainda estamos pensando naqueles que podem, por exemplo, ter sindicato, ou naqueles que ainda têm salário, quando na nossa Pátria há um coeficiente altíssimo de pessoas marginalizadas de todos esses benefícios do progresso. Basta ver numa cidade como São Paulo, onde moro, e tantos aqui também, o número de pessoas que se arrastam de noite pela cidade, que não têm casa, não têm comida, não têm salário e não têm nem condição de ter trabalho. Essas pessoas têm dores de dente, têm sofrimentos atrozes. Ainda uma semana atrás um homem morreu, estirado numa cama velha, num prédio abandonado, sentindo dores, pedindo um copo de leite, não se sabe bem o que ele tinha que tanto sofria, e ninguém lhe tra-

zia um copo de leite, e aquele homem morreu assim, abandonado na rua.

Há hoje populações imensas que não têm acesso nem ao que aqui nos traz, que é a condição de participação.

De modo que é dentro desta meta de um horizonte, de um mundo a ser refeito, de um País a ser reconquistado para a dignidade dos seus habitantes, dos seus cidadãos, que devemos, nesta noite, perceber que muito do que está sendo colocado vai transcender aqueles direitos mais imediatos que queremos reivindicar. É toda uma nova forma de convivência, é todo um novo horizonte de humanidade que queremos ajudar a construir.

Então, eu colocaria nessa faixa de marginalizados as crianças abandonadas de nosso País. Basta ver as taxas de mortalidade para o primeiro ano. São taxas realmente ignominiosas! Não é possível que num País como o nosso tenhamos taxas piores do que de Sri-Lanka e das Filipinas! Temos, no Nordeste, uma taxa de mortalidade infantil que nos envergonha. Visitando, outro dia, o Hospital Municipal de Tatuapé, em São Paulo, perguntei a um grupo de médicos qual era a doença que tinha mais incidência, o que a eles preocupava mais. E dois ou três médicos, falando em voz baixa, até com certa vergonha, diziam: "Doença? A fome, a desnutrição, a falta de preparo que essas pobres crianças têm para se defrontarem com a vida".

Então, vejam, é dentro dessa percepção de marginalidade, de pessoas afastadas daquilo que é a condição de vida, que colocamos também os índios. Aqui há um pedido especial para que, quando eu usasse a palavra, não deixasse de me referir aos índios, que estão em situações difíceis, realmente difíceis. Aqueles que visitam esses núcleos de populações indígenas sabem que eles são afeitos às infecções, por ganância, muitas vezes, das companhias de minerações, que eles são, pouco a pouco, condenados, ainda, ao genocídio. De 5 milhões que eram quando começamos a ser país, hoje eles são nada

mais do que 200 mil. Temos que ter para com eles a delicadeza e o respeito de lhes dar condições de viver na própria cultura, de ter os atendimentos médico e sanitário que sejam coerentes com a própria capacitação. É preciso respeitar aquelas culturas que ainda hoje se beneficiam com tratamento de ervas, cuidados especiais e regimes alimentares. Esse respeito temos que dar a eles e também as condições para que eles possam, na demarcação de sua terra, na paz, desenvolverem realmente os próprios núcleos familiares, de novo crescerem como populações neste País que quer ser livre e respeitar a liberdade das populações indígenas. Infelizmente, até hoje não tivemos, nestes últimos anos, como chegar a uma fórmula de respeito à vida dos índios.

Assim, lembro as crianças, lembro os pobres mendigos de nossas ruas, lembro aqueles que não têm emprego, lembro também as condições de tantos bolsões de pobreza. Quero lembrar, se falamos de números de médicos e falamos de preço de remédio... Que coisa triste! Ontem, vindo para cá, um homem corria atrás de mim e dizia: "por favor, dá para o senhor me ajudar para o aluguel deste mês?" E ele precisava de 200 mil cruzeiros para completar o aluguel. E eu disse: "Com esforço, neste momento, dá." E ele disse: "Bem, pedi ao senhor para o aluguel, mas vou queimar esse dinheiro no remédio de minha mulher, que são 150 mil cruzeiros. Não posso, mas tenho que dar esse remédio para a minha mulher".

Vejam como a situação hoje está caótica! Não é só a grande análise que temos que fazer, mas a percepção de todas essas situações.

E quando falamos de socialização da medicina, entendemos muito bem o que isso quer dizer, e vemos aí um valor, porque estender-se-ia todo um atendimento e um serviço à maior parte de nossa população. Isso deve vir acompanhado de educação, porque já vi pessoas chorando de fica-

rem na fila do INPS a madrugada inteira, serem atendidas em menos de 10 minutos e não saberem nem que remédio devem tomar. De modo que é toda uma educação do povo. Essa mesma pessoa dizia que estava fazendo realmente uma passagem por entre os amigos para arranjar um dinheiro e ir a um "médico de pagamento" – como ele dizia – "que esse vai cuidar de mim". Quanta ilusão em todas essas colocações!

Se não nos reeducarmos para uma consciência da dignidade pessoal e dos outros; se quisermos partir para um país que se enucleia no serviço ao próximo, na colaboração aos demais, a socialização terá também os seus graves defeitos se não vier imediatamente acompanhada dessa consciência dos serviços, dessa vontade do devotamento ao próximo. Venha, sim, a socialização da medicina, mas venha através de pessoas que queiram realmente dedicar a sua vida aos seus semelhantes, que saibam perder tempo com os pobres e dar a eles garantia de recuperação de sua saúde. Neste momento, saudaremos, todos juntos, com uma salva de palmas, a socialização da medicina no nosso País. Mas se ela não vier ligada fundamentalmente a essa renovação da mentalidade, a essa mudança de atitudes, teremos uma coisa triste: não havendo essa educação, essa consciência profissional, essa espécie de vontade de serviço, o nosso povo, que já é sofrido, ficará ainda mais abandonado às suas ilusões.

Então, nesta noite, o que percebo, olhando para a Constituição, não é apenas a vontade de marcar presença com todos aqueles direitos que estão ligados à saúde – isto é evidente e indispensável. E a colaboração de todos há de chegar a fórmulas pertinentes, aceitáveis e que deverão ser implantadas. Acho também que nesta participação popular, nesta vontade de colaboração de todos os segmentos da sociedade deve haver uma consciência cada vez mais esclarecida sobre aquilo que o Santo Padre nos dizia: "Este povo, sim, poderá ser um povo capaz de levar mensagem de

fraternidade a toda a humanidade no momento em que ele se conscientizar não só da sua dignidade, mas do compromisso que ele tem com a dignidade do seu próximo".

E dentro desta perspectiva que creio que o problema da saúde será resolvido, sem dúvida, em nosso País, a partir de algo que é mais fundamental, que é a vontade que temos de reconhecer no nosso próximo a dignidade que reivindicamos para nós. E aí vamos encontrar o que há de mais fundamental para o futuro da humanidade, que é substituir uma sociedade da ganância, da opressão, da violência por uma sociedade que respeita o direito à vida que o próximo tem, reencontrando a significação mais forte da palavra amor ao seu semelhante.

O que falta hoje também na classe médica, nos nossos hospitais é – por que não colocar o dedo na chaga? – também a vontade de servir ao mais necessitado. Vi gente morrendo por abandono, tenho visto nos prontos-socorros pessoas jogadas nos corredores, desatendidas, e tudo isto hoje, ainda ao alcance das nossas ações de serviço necessário a pessoas extremamente carentes.

Portanto, é numa série de medidas que devemos cifrar a nossa vontade de servir a este País.

Que a Constituição bem redigida, pertinente e capaz realmente de insistir naqueles direitos sem os quais nunca mais seremos capazes de devolver ao povo a alegria de viver, que esta Constituição nos encontre verdadeiros constituintes de um País que quer de novo se reerguer, porque cria a confiança no seu semelhante e acredita que é possível que cada um de nós esteja mais interessado na vida do outro do que na própria vida.

E estas palavras não são minhas, são do Cristo: "Amar é dar a vida".

O Dr. Guaracy da Silva Freitas – Ilustres membros da Mesa, distinto auditório, com efeito, o nosso digno presidente, Dr. Herman Assis Baeta, deu-me a grande honra

de representar o Conselho Federal da OAB nesta 8ª Conferência Nacional de Saúde.

Procurarei ser breve e peço desculpas por alguns equívocos. Todavia, o Conselho Federal da OAB, em sessão plenária realizada ano passado, sempre se pautou contra o anteprojeto a ser feito por qualquer comissão, em qualquer gabinete, a ser remetida à futura Assembléia Nacional Constituinte.

A nossa Constituição, conforme acentuou o ilustre Ministro Waldir Pires e o Reitor Cristóvam Buarque, é a participação do povo, é a participação dos médicos, das médicas, dos líderes comunitários, enfim, do cidadão, discutindo no seu hospital, na sua clínica, na sua escola, no seu bairro, no seu futebol, na sua praia e no seu botequim, saindo deste auditório cada um para o seu lugar, para o seu lugarejo, para o seu estado, levando a mensagem do povo que quer a sua saúde, que quer sua saúde não só como direito, mas também que o Estado, seja o federal, seja o estadual, seja o municipal, garanta esses direitos. Compete, a nós, principalmente, reivindicar esses direitos. Temos também deveres para com a saúde, para com o Estado, seja federal, estadual ou municipal.

A OAB, que tanto se bate e continua a se bater por uma Assembléia Nacional Constituinte, conforme o II Congresso Nacional de Advogados para a Constituinte, realizado em outubro de 1985, aqui, em Brasília, concluiu pelo seguinte:

"Os advogados, fiéis aos princípios democráticos, conclamam todo o povo e suas organizações a não abrir mão de seu inalienável direito de construir a Nação, e declaram que persistirão na luta por uma Constituição legítima em sua origem democrática e popular em seu conteúdo".

Este é o objetivo de todos nós, esta é a nossa Carta. Esta deve ser a Carta da 8ª Conferência Nacional de Saúde. Esta é a mensagem que a companhia dos advogados de todo o Brasil quer trazer aos mem-

bro desta Conferência que daqui os seus ilustres integrantes, os seus participantes levem a mensagem do direito à saúde ao povo brasileiro.

Nos nossos representantes perante a Assembléia Nacional Constituinte qual será o compromisso desses candidatos? Compete a nós a educação no votar. Este é o nosso compromisso, senhoras e senhores.

Desta forma, como disse, a OAB não comunga com qualquer anteprojeto, com qualquer dispositivo de gabinete. Será o povo todo opinando, participando, votando e cobrando de seus representantes na Assembléia Nacional Constituinte os dispositivos legais fundamentais à saúde dos brasileiros. Dispositivos, inclusive, para a proteção dos excepcionais, dos doentes-mentais, dos idosos, dos nascituros e, também, dispositivos para os não fumantes. O fumo não é uma questão de saúde? Pois também pode ser esta uma mensagem a ser levada ao povo brasileiro.

De modo, ilustres participantes, membros da Mesa, organizadores desta 8ª Conferência Nacional de Saúde, a OAB se sente honrada de estar aqui representada e estará à disposição de qualquer cidadão brasileiro para, com a sua modesta contribuição, acompanhar todos os segmentos da sociedade civil e, assim, fazermos uma Constituição forte e duradoura.

O Deputado Pimenta da Veiga – Desejo dizer que foi um grande privilégio presidir esta sessão, não apenas pela qualidade das palestras que aqui ouvimos como também pelo interesse e pela participação de auditório de tão elevado nível.

Ouvimos aqui a palavra de um profissional da saúde, ouvimos a palavra da Igreja, a palavra da universidade e a dos advogados. Em todas estas palestras houve um ponto comum – a Constituinte – que nós todos desejamos há de ter a constante, permanente e indispensável participação de todos os brasileiros.

É preciso que o debate que já se instalou em todo o País seja cada dia maior,

cada dia mais intenso, porque a Constituinte representa também uma oportunidade de repensar o Brasil.

O povo brasileiro, quando foi às urnas para derrotar o autoritarismo e dizer que, se nos queriam impor mais um governo arbitrário venceríamos pela nossa união, estava exercendo o seu direito de cidadania. Quando, depois, voltou às praças públicas para construir a Nova República, estava exercendo o seu direito de cidadania. Quando o povo brasileiro, em dias recentes, compreendeu a importância da reforma econômica que está sendo feita neste País, exerceu o seu direito de cidadania contra comerciantes inescrupulosos, chegando até mesmo a fechar estabelecimentos comerciais.

O que precisamos, portanto, é fazer desta Constituinte o mais pleno e absoluto exercício de cidadania. Precisamos debatê-la exaustivamente, porque só assim é que conseguiremos fazer uma Constituição que sirva aos tempos de reformas que estamos vivendo.

Uma Constituição por si só não reforma um país, mas pode impedir que isto aconteça. Haveremos de nos unir, haveremos de debater para impedir que a Constituição que tanto desejamos, que pode ser a derradeira Constituição deste País, não seja uma Constituição conservadora. Que ela seja renovadora como estes tempos, que ela permita a revolução pacífica que estamos realizando e que, acima de tudo, a nova Constituição garanta a democracia, que é o bem maior que nós todos temos que defender.

Passo a presidência desta sessão ao Professor Antônio Sérgio da Silva Arouca.

O Professor Antônio Sérgio da Silva Arouca – Companheiros, agradecendo a presença de todos os participantes, rendemos homenagem a pelo menos dois participantes que tiveram aqui papel extremamente especial.

Em primeiro lugar, ao Ministro Carlos Sant'Anna, que foi o Ministro que convocou esta Conferência e assumiu, de forma

extremamente corajosa, que esta Conferência tivesse o caráter com que hoje ela vem se realizando, que não fosse uma Conferência simplesmente de profissionais de saúde, e sim que fosse uma Conferência que o encontro com o usuário, com a sociedade brasileira.

Em segundo lugar, registro a presença, aqui, por um instante, do Dr. Wilson Fadul.

O Dr. Fadul foi Ministro da Saúde do Governo João Goulart e foi também o Presidente da 3ª Conferência Nacional de Saúde, uma Conferência absolutamente histórica neste País, onde, pela primeira vez, se colocou a possibilidade de transformações profundas no nosso Sistema de Saúde. Presente aqui, não poderíamos deixar de fazer uma homenagem ao Dr. Fadul e também de lhe facultar a palavra.

O Dr. Wilson Fadul – Senhor Presidente, meus senhores e minhas senhoras, algumas palavras apenas para significar a minha satisfação de estar aqui presente participando desta 8ª Conferência Nacional de Saúde.

A razão principal desta satisfação se deve ao fato de ter eu, por destino, presidido a 3ª Conferência Nacional de Saúde, a última Conferência realizada em plena vigência da Constituição de 1946, antes do golpe militar de 64.

E, para muitos, por estranha coincidência, estou hoje, aqui, na 8ª Conferência Nacional de Saúde, a primeira que se realiza depois que o povo brasileiro retomou nas suas mãos o seu próprio destino e conquistou as suas franquias democráticas.

Para mim é como se estes vinte anos não tivessem existido, porque as teses que então foram debatidas, discutidas, aprovadas na 3ª Conferência estão aqui inteiras, sendo debatidas por todos vocês nesta 8ª Conferência Nacional de Saúde.

A primeira delas, que gostaria de acentuar pela enorme proximidade que tem com o pensamento que domina hoje os técnicos de saúde pública no Brasil, era a necessidade de se articular, no plano federal,

no plano estadual e no plano municipal, as ações de saúde. Vale dizer, a unificação do serviço de saúde em todo o território nacional.

A segunda das teses então proposta naquela Conferência tinha uma denominação muito cara a todos nós – a municipalização dos serviços de saúde, municipalização entendida como uma descentralização das tarefas básicas de saúde pública, porque a 3ª Conferência Nacional de Saúde foi, de certo modo, a culminação de uma evolução no pensamento dos técnicos sanitaristas brasileiros, que tinham já percebido a impossibilidade de ser a saúde um problema da União Federal, pelo simples fato de que a máquina federal, mastodôntica, morosa, muito cara, era incapaz de atender a todas as comunidades nacionais espalhadas por todos os cantos do nosso País a custos sequer toleráveis pelos recursos da nação.

A Constituição de 1946, sob cuja égide aquela Conferência realizou-se, foi elaborada num momento em que nem sequer existia o Ministério da Saúde. Certamente daí a pobreza dos seus textos referentes ao assunto, aqui já acentuado por alguns dos que me precederam.

Na verdade, o pensamento dos especialistas foi evoluindo, até que puderam definir a saúde como um componente do processo nacional do desenvolvimento econômico e, portanto, desvinculado de outros aspectos que dizem de perto com o bem-estar da nossa população.

Sabíamos, naquele tempo – e parece que isso foi esquecido durante estes vinte anos – que as medidas médico-assistenciais, por mais corretas que sejam, por melhor que nos ajudem a cuidar da saúde do nosso povo, não têm a menor serventia se não forem simultaneamente acompanhadas por uma melhoria substancial na qualidade da vida. A habitação, as condições

básicas de saneamento, a alimentação é talvez muito mais importante do que os cuidados médicos.

Por isso, neste instante, quando, se debate problema desta magnitude e se passa por cima de vinte anos como se não tivessem existido, retomando as teses do passado, é da maior significação que todos nós nos reunamos em torno daquilo que não nos separa. Haverá discordâncias de enfoque, diferenças de análises dos problemas que nos estão aqui chamando a atenção, mas devemos-nos unir em torno daquelas teses que são praticamente unânimes, e com elas construamos uma Constituição que, no que se refere à saúde, possa atender às aspirações e às esperanças de todo o povo brasileiro.

Termino, agradecendo a oportunidade de participar desta reunião. A diferença que noto entre a Conferência do passado, que foi por mim presidida, e esta tão bem conduzida pelo Professor Antônio Sérgio da Silva Arouca é apenas uma: nos reunimos na Academia Nacional de Medicina no Rio de Janeiro. Eram apenas os médicos, os sanitaristas, a vanguarda do pensamento médico do Brasil, imbuídos de um pensamento uniforme, construído ao longo de 30 anos de frustração, por imposição de estruturas sanitárias inadequadas à realidade nacional, não abrangente de todas as desigualdades que se encontram por todo o território nacional. Esta de hoje guarda uma diferença essencial: não é uma Conferência de técnicos, é uma Conferência do povo, que está aqui, presente, e aqui representando milhões e milhões de outros brasileiros e sobre os quais recai a responsabilidade de pensar e repensar o problema de saúde em benefício de toda a nossa população e em benefício do futuro do Brasil.